

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**Montenegro Cidade das Artes**



**PARECER JURÍDICO**

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 049 - PL 006/2022

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 053 – PL 008/2022

Trata-se de dois projetos de lei, de iniciativa do Poder Legislativo, que possuem o objetivo de:

- a) 06/2022 – proibir a instalação de empresas que trabalham, processam e armazenam resíduos industriais, líquidos, sólidos, gasosos e do tipo classe 1, oriundos de outros municípios, estados ou países, e;
- b) 08/2022 - proibir a instalação na zona urbana e rural de empresas que trabalham, processam e armazenam aterros sanitários sólidos, líquidos e resíduos industriais (tipo classe 1) sólidos, metais, graxos, oleosos, gasosos e químicos que não cumpram os requisitos estabelecidos nesta lei.

A exposição de motivos de ambos os processos é idêntica. Fundamenta as propostas com base no risco de contaminação, causando danos ambientais em nossa flora, fauna e cursos d'água de superfícies e subterrâneos (lençóis freáticos), haja vista que muitas propriedades rurais e comunidades usam águas, usam nascentes naturais e/ou poços artesianos como fonte de água potável em suas casas para suas famílias e em suas atividades agropecuárias.

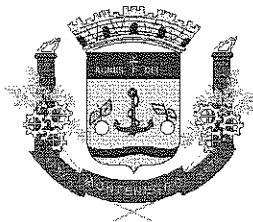
Relatei.

O projeto trata de assunto de interesse local (art. 30, inciso I, da Constituição Federal), razão pela qual está na esfera de competência legislativa do Município.

O objetivo dos Projetos de Lei é combater a poluição advinda da operação ocorrida nesse tipo de atividade e prejudiciais à saúde de seres vivos, portanto, enquadra-se o presente projeto dentro da COMPETÊNCIA COMUM DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL e dos MUNICÍPIOS, estabelecidos no artigo 23, VI da Constituição Federal.

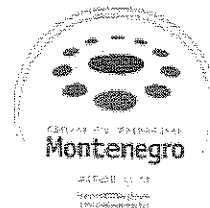
Em análise realizada pela empresa Borba, Pause e Perin – Advogados, a certeza de que não há vício de iniciativa a proposição dos presentes por meio de vereador.

Não há como ser alegada, ainda uma colisão de princípios, a proceder uma oposição entre o princípio da livre iniciativa e o do meio ambiente ecologicamente equilibrado, posto que este, cuja qualificação como interesse primário



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**Montenegro Cidade das Artes**



está evidenciada pelo tratamento dispensado pela Constituição da República (artigos 225 e 5º, LXXIII). No outro campo, não encontra-se colisão entre os princípios da proteção ambiental e da independência dos Poderes, assim na medida em que, consoante acima indicado, não há falar em invasão de iniciativa reservada ou disposição sobre funções típicas do Poder Executivo.

Por tais motivos, o parecer vai no sentido da constitucionalidade e da legalidade do presente Projeto de lei.

Quanto à técnica legislativa, vejo que se mostra possível apresentar uma nova redação ao projeto, transformando os dois Projetos de Lei em apenas um, que abranja todos os objetivos emanados e garanta uma melhor interpretação e aplicação.

Diante de tais fatos, segue abaixo uma sugestão de nova redação dos Projetos de Lei, recomendando que, caso tal sugestão seja aceita, seja solicitada a retirada de um dos Projetos de Lei (06/22) e o prosseguimento do outro Projeto de Lei (08/22) de forma completa e abrangente.

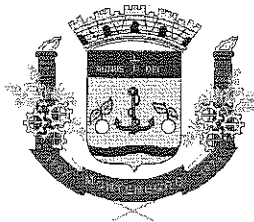
*PROJETO DE LEI Nº 08/2022*

*Proíbe a instalação de empresas, em zona urbana e rural que trabalhem, processem e armazenem resíduos industriais, líquidos, sólidos, gasosos e do tipo classe 1, que não cumpram os requisitos estabelecidos nesta lei, ou que recebam tais resíduos provenientes de outros municípios, estados ou países e dá outras providências.*

*Art. 1º Fica proibida a instalação de aterro sanitário a zona urbana ou rural, de pessoas jurídicas ou pessoas físicas que trabalhem, processem e armazenem aterros sanitários sólidos, líquidos, resíduos industriais (tipo classe 1 – sólidos, metais, graxos, oleosos, gasoso e químicos), provenientes da zona urbana ou rural do município, que não cumpram os seguintes requisitos:*

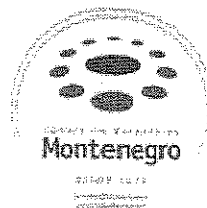
*I – Distância mínima de 2.000m (dois mil metros) de núcleo habitacional, compreendido como: bairro, vilarejo, área ou conjunto residencial e qualquer residência individual;*

*II – Ter uma distância mínima de 1.000m (mil metros) de rios, nascentes, arroios e outros mananciais de água, com a distância medida a partir da calha regular;*



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**Montenegro Cidade das Artes**



*III – Proibição da instalação de aterros para destino final de resíduos sólidos urbanos em locais que superficialmente ou sub superficialmente possuam depósito de Arenito Botucatu;*

*Parágrafo único: Este artigo aplica-se aos empreendimentos a serem instalados no município.*

*Art. 2º Fica proibida a instalação de pessoas físicas ou jurídicas, que trabalhem, processem e armazenem resíduos industriais, líquidos, sólidos, oleosos, graxos, metais, gasosos e do tipo classe 1, provenientes de outros municípios, estados e países, junto ao perímetro urbano ou rural do município de Montenegro.*

*Art. 3º Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.*

Montenegro/RS, 12 de maio de 2022.

  
**Adriano Bergamo**

Consultor Jurídico - OAB/RS 65.961